

**OS DIREITOS LEGAIS DOS SOBREVIVENTES BRASILEIROS COM CÂNCER*****Luciana Scatralhe Buetto***

Mestre em Ciências da Saúde/Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP/SP  
scatralhe@terra.com.br

***Helena Megumi Sonobe***

Doutora em Enfermagem Fundamental/Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP/SP  
megumi@eerp.usp.br

***Márcia Maria Fontão Zago***

Doutora em Enfermagem Fundamental/Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP/SP  
mmfzago@eerp.usp.br

**RESUMO**

A enfermagem tem por objetivo promover, recuperar e melhorar o conforto, além de preservar a individualidade e a dignidade do cliente. O câncer e seus tratamentos estão associados à dor, limitações físicas e emocionais, desfiguramento e finitude e conseqüentemente, alteram o cotidiano do paciente e família, inclusive os papéis de cidadania. O objetivo deste estudo foi analisar a exposição sobre os direitos dos sobreviventes com câncer em relação à legislação vigente, abordados por três folhetos informativos, na perspectiva do enfermeiro. Foi criado um instrumento de coleta de dados contemplando: publicação, conteúdo e avaliação sobre a legibilidade ao paciente. Os três folhetos informativos apresentam título coerente, leis e critérios para obtenção dos benefícios; vinculados às entidades de especialistas/instituições de saúde; editados nos últimos três anos; listam documentos e exames comprobatórios exigidos; exemplificam requerimentos, fornecem telefones/links para esclarecimentos. A elaboração de manuais de orientação deve seguir critérios e rigor científico para assegurar qualidade, com linguagem simples e clara, para facilitar a compreensão e a acessibilidade da população. Desenhos explicativos e informações em tópicos incentivam a leitura. O conhecimento dos profissionais da saúde sobre a legislação específica de direitos do paciente oncológico pode ser potencializada pelas parcerias das instituições de saúde com órgãos governamentais, instituições de ensino e profissionais da área jurídica.

**Palavras-chave:** direitos dos pacientes, oncologia, folhetos.

**ABSTRACT**

The intents of Nursing are to promote, recover and improve the well-being of the patients, and also to preserve individuality and dignity of them. Cancer endangers the promotion of the individuality and dignity for it involves aggressive treatments, mutilation, impossibility to maintain work/leisure activities and financial problems. It is also associated with pain, physical and emotional limitations, disfiguration and death. This study aims at analyzing the aspects of cancer patients' rights regarding the present Brazilian legislation in three different regulation books concerning the perspective of the nurse. Some tools were used to analyze material regarding: publication, content and the nurse perception of language adaptation for patient's comprehension. The three regulation books present coherent title, laws and rules to obtain benefits; they were linked to specialist bodies/health institutions; one of them was sponsored by a pharmaceutical laboratory; they were published in the last three years; they list the required documents and probe exams of the disease; they exemplify the requirements, supply telephones/internet links to explanation; but there were some negative aspects regarding their presentation. The elaboration of the handbooks must obey rigorous scientific criteria in order to guarantee quality; present clear and straightforward language to facilitate comprehension and be available to different social layers. Elucidating illustrations and information divided according to topics stimulate reading. Agglomerated information makes text comprehension difficult. Health

professionals must know the legislation better. The Health institutions could cooperate in partnership with educational institutions, law professionals in order to facilitate access to the benefits for oncological patients.

**Key-words:** rights of patients, Oncology, leaflets.

## 1. Introdução

Com o desenvolvimento científico e tecnológico ocorreram grandes evoluções na área das ciências da saúde, conseqüentemente, melhorando as ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação do câncer. Porém, o câncer constitui um grave problema de saúde pública, cujas estimativas para 2010, divulgadas pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2008), indicam 489.270 casos novos de câncer, onde aproximadamente 53%, referente à população da região sudeste. O câncer é a 2ª maior causa de mortalidade da população mundial e brasileira.

As alternativas de tratamento para o câncer são: a cirurgia, a quimioterapia, a radioterapia, a utilização de anticorpos monoclonais, a hormonioterapia, a imunoterapia e incluem atualmente, os tratamentos de suportes paliativos. Todos estes métodos trazem sérias conseqüências na qualidade de vida dos pacientes oncológicos.

A enfermagem, ao realizar o cuidado ao ser humano objetiva promover, recuperar e confortar, além de preservar a individualidade e a dignidade do seu cliente. A doença oncológica compromete a promoção desta individualidade e dignidade, pois além dos tratamentos agressivos, existem as conseqüências mutilatórias, a impossibilidade da manutenção das suas atividades laborais, de lazer e problemas financeiros. Estes aspectos associados às questões culturais acarretam a persistência da relação direta do câncer à dor, limitações físicas e emocionais, desfiguramento e finitude.

A diminuição da possibilidade de aquisição de recursos financeiros e a ausência de um vínculo empregatício podem prejudicar a manutenção diária do paciente com câncer, de seus familiares e de seus compromissos, principalmente quando há a necessidade de gastos extras com transportes, medicações e outros.

Estes agravantes poderiam ser amenizados ou até mesmo solucionados em alguns casos, se os pacientes oncológicos conhecessem seus direitos e benefícios, os quais são concedidos e assegurados por leis estaduais e federais.

Temos em nossa Constituição (1988), o artigo 196 que especifica: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” No seu artigo 198 esclarece que: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade” (BRASIL, 1988).

As leis devem favorecer todos os homens, indistintamente, sem prejuízos ou prioridades e sua aplicação é dever do Estado, por meio de seus representantes. Para que esses benefícios sejam usufruídos, o paciente oncológico deve ter acesso às informações e mediante seu interesse, com a colaboração do profissional de saúde e do jurídico, proceder ao processo de aquisição.

Verificamos que a legislação beneficia os pacientes com câncer, porém, a sua especificidade gera problemas na implementação e principalmente em sua divulgação. Muitas vezes, o afastamento concedido ao paciente oncológico em tratamento, assim como sua prorrogação, assegurados por lei, pode ter interpretações diferentes.

A maioria dos profissionais da área da saúde tem pouca consciência dos direitos assegurados aos pacientes oncológicos, o que impossibilita uma decisão adequada. Isso ocorre também com os profissionais da área jurídica, que não conhecem as deficiências ocasionadas pelo câncer. Assim, torna-se imprescindível a discussão sobre a interpretação da legislação e a troca de conhecimento entre estes profissionais.

A prática de produção de materiais impressos dirigidos aos pacientes como forma estratégica de orientação e educação, mesmo sendo conhecida e com grande difusão, raramente é avaliada, assim como o seu processo de elaboração é raramente descrito (ROZEMBERG, et al, 2002).

Nesse contexto, objetivo do presente estudo foi analisar os aspectos legais e de legibilidade abordados por três folhetos informativos sobre os direitos dos sobreviventes com câncer na legislação vigente, pautados em aspectos fundamentais da comunicação escrita.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de avaliar três materiais informativos divulgados gratuitamente, por via impressa e digital, que realizam a promoção dos direitos assegurados pela legislação brasileira aos pacientes com câncer. A análise ocorreu baseada nos princípios de legibilidade de materiais escritos informativos (MOREIRA, SILVA, 2005).

Para aprofundamento sobre o assunto, foi realizada busca nas bases de indexação LILACS e MEDLINE, com os descritores legislação, neoplasia, conhecimentos, pacientes e oncologia, e no portal GOOGLE, onde identificamos três materiais informativos e a publicação de um livro específico sobre direitos dos sobreviventes com câncer.

Estes três materiais informativos selecionados foram identificados como sendo a base teórica de outras produções divulgadas on line, sendo apenas diferenciados os patrocinadores dos fomentos.

É definido como *livro* todo aquele material impresso que apresente mais de quarenta e oito páginas; *folheto*, o material que apresente de cinco a no máximo quarenta e oito páginas e *folder*, o material constituído de uma folha com uma ou mais dobras, ou com até quatro páginas (ABNT, 1993; HOUAISS, VILLAR, 2001).

Foi elaborado um formulário para coleta de dados, que contemplou itens relacionados às características do material, como publicação, legibilidade, conteúdo e apresentação das informações, pertinentes ao objetivo do trabalho.

## 3. Resultados

Os três materiais informativos selecionados foram identificados com números arábicos (01, 02 e 03) para facilitar a apresentação dos dados.

Os três informativos (VOLPE, 2005; INCA, 2006; HOSPITAL DO CÂNCER A.C. CAMARGO, 2004) apresentam título claro e conciso e estão vinculadas às entidades de profissionais ou instituições de saúde especializadas. O material de número 03 apresenta em sua contracapa a descrição e propaganda de uma indústria farmacêutica como patrocinadora, mas que demonstra claramente que o conteúdo do material é de total responsabilidade dos autores e que também não reflete o ponto de vista da empresa.

Quanto aos dados bibliográficos, não há ficha catalográfica nestas cartilhas; duas informam as edições e ano de publicação e a cartilha 02 não especifica a sua edição. Os informativos 01 e 03 apresentam 60 páginas, e o informativo 02, apresenta o seu conteúdo em 24 páginas. Foi utilizada linguagem técnica nos três materiais, porém trazem o significado de todas as terminologias. Todos estão disponíveis em via impressa e com acesso via internet.

A autoria do informativo 01 é de uma advogada, que relata sua experiência como paciente. O material 02 foi elaborado pelo Serviço Social e Ouvidoria do INCA, e o material 03 pelo Centro de Treinamento e Pesquisa do Hospital A.C. Camargo.

A cartilha 01 apresenta tamanho de letra menor que corpo 11 e suas informações estão distribuídas em duas colunas por página. No informativo 02 a letra utilizada é de corpo 11 e as informações estão distribuídas, sem excesso. A cartilha 03 apresenta corpo de letra maior que 11 e os textos estão distribuídos com desenhos e fluxogramas.

Quanto à área de abrangência de distribuição da forma impressa, o material 01 é de âmbito nacional, enquanto os informativos 02 e 03 estão delimitados aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

Cabe lembrar que a cartilha 02 traz a orientação para o paciente, que em caso de dúvidas, procure o Serviço Social de uma das unidades de atendimento da instituição de saúde.

Os três informativos trazem a denominação da lei relacionada ao benefício e sua definição. O material 01 esclarece detalhadamente os direitos citados, enquanto que o 02 traz uma definição resumida. O informativo 03 define o benefício, de maneira sucinta. Todos especificam os critérios exigidos para a obtenção do benefício.

O fato de ter o diagnóstico de câncer não assegura à pessoa o acesso aos benefícios. A legislação impõe algumas condições, como no caso da deficiência física, onde é considerado deficiente físico, somente àquele indivíduo que, por consequência do câncer, adquiriu algum tipo de deficiência. Estas exigências estão descritas e esclarecidas em ambos os materiais informativos analisados.

Para assegurar os seus direitos, os informativos analisados orientam quanto à necessidade de comprovação do diagnóstico de câncer por meio do exame anátomo-patológico. Todos listam os documentos exigidos e os exames comprobatórios da doença para o acesso a cada benefício. Os informativos 01 e 03 ainda informam sobre a apresentação dos documentos, originais e/ou xerocopiados.

Cada benefício citado possui um órgão governamental responsável pela análise do processo e concessão do benefício a cada paciente. O informativo 02 cita as instituições responsáveis, enquanto que o 01 e o 03 trazem de forma detalhada, o trabalho de cada órgão e sua importância no processo de obtenção dos direitos.

O material informativo 03 ilustra um “passo a passo” para que o paciente tenha uma idéia daquilo que será necessário ao processo e consiga providenciar corretamente a documentação. Os informativos 01 e 02 também descrevem para o paciente as etapas do processo, mas de forma sucinta.

Os benefícios abordados pelos três materiais informativos são: isenção de Imposto de Renda na aposentadoria e pensão, isenção de imposto na compra de carro (IPI, ICMS, IPVA, IOF), isenção do imposto predial urbano (IPTU), isenção de tarifas de transporte público, retirada do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), retirada do PIS / PASEP, licença para tratamento de saúde – auxílio doença, aposentadoria por invalidez, amparo assistencial ao deficiente – benefício de prestação continuada, retirada de seguro de vida e previdência privada por invalidez, quitação do financiamento da casa própria, andamento prioritário em processos, dedução de despesas no Imposto de Renda, financiamento especial para deficientes físicos e cirurgia de reconstrução mamária.

A cartilha 01 traz os modelos de requerimentos e declarações que poderão ser utilizados. Já a cartilha 02 apenas cita a necessidade de requerimentos e declarações para determinados benefícios. O informativo 03 traz os modelos de requerimentos e declarações e inclusive disponibiliza via digital.

O informativo 02 apresenta as definições de alguns benefícios, cita as leis discutidas no tópico em questão, mas não as apresenta em todos os benefícios abordados. Já no material 03 as leis não são citadas nas definições dos benefícios, mas há uma listagem ao final, com todas as leis citadas, numeradas, datadas e especificadas para cada benefício. Além disso, o informativo fornece vários telefones para esclarecimentos e obtenção de outras informações e uma lista com vários links. O material 03 lista o nome dos órgãos governamentais, responsáveis pela concessão dos benefícios, endereço completo, telefone e website para acesso.

#### 4. Discussão

As entidades de profissionais e as instituições de saúde especializadas têm papel importante no desenvolvimento de materiais e na divulgação dos direitos dos pacientes com câncer. Mas, apesar da grande importância e necessidade destes folhetos informativos, podemos observar que a produção e o incentivo dos mesmos pelos órgãos públicos e indústrias farmacêuticas é insuficiente, não atendendo a demanda dos serviços de saúde.

Nosso estudo analisou o conteúdo de três materiais informativos (VOLPE, 2005; INCA, 2006; HOSPITAL DO CÂNCER A.C. CAMARGO, 2004) acerca de informações divulgadas sobre os direitos dos sobreviventes com câncer e os critérios utilizados na construção dos mesmos. Verificamos que seus conteúdos foram reaproveitados por várias empresas patrocinadoras no desenvolvimento de outros materiais com a mesma finalidade.

Na saúde, a utilização de materiais informativos como meios didáticos no processo de ensino-aprendizagem, dinamiza as atividades educacionais, facilita a divulgação da informação, possibilitam melhor compreensão pelos pacientes, uma vez que permite ao leitor uma posterior leitura para aprimorar seu processo de decodificação e de memorização, além de estimular os profissionais a produzirem novos materiais (MOREIRA, SILVA, 2005; FONSECA, 2004).

Mas, estes materiais não devem ser utilizados apenas como meios únicos e isolados de informação, mas sim como um dispositivo auxiliar de uma dinâmica de comunicação dos profissionais com a clientela (ROZEMBERG et al, 2002).

A enfermagem em oncologia possui o conhecimento científico e as habilidades técnicas necessárias para assegurar a qualidade da assistência prestada ao paciente com câncer. Busca ainda, promover a autovalorização do indivíduo inserido na sociedade, por meio do autocuidado, superação de incapacidades físicas e manutenção de sua identidade individual e familiar.

A informação é parte integrante e fundamental da assistência de enfermagem, sendo destacado como um facilitador ao paciente no processo ativo de aprendizagem (FLAUSINO, MOREIRA, ZAGO, 2000).

A elaboração de materiais informativos utilizados no processo de ensino-aprendizagem de pacientes deve obedecer alguns critérios, como o índice de legibilidade e o rigor científico. O índice de legibilidade refere-se ao grau de escolaridade exigido de um indivíduo para que o mesmo possa entender uma determinada passagem escrita, enquanto que o rigor científico garante a qualidade da produção do material. Através deste processo, o paciente e seu familiar podem adquirir conhecimentos e habilidades capazes de encorajá-los a ter maior participação no tratamento, participar ativamente de decisões e assumir maiores responsabilidades relacionadas ao auto-cuidado (MOREIRA, SILVA, 2005, ECHER, 2005; SASSO et al, 2005).

Logo, pode-se confirmar que nenhum dos informativos analisados foi apreciado e validado por pacientes e familiares acerca da compreensão do conteúdo. A validação da produção de materiais instrucionais potencializa a sua qualidade e relevância e os princípios éticos. (ROZEMBERG et al, 2002).

Apesar de ter sido utilizadas terminologias técnicas na redação dos folhetos, os mesmos tiveram a preocupação em abordar os significados destas terminologias, o que facilita o entendimento do leitor, tornando a redação simples e clara, proporcionando também uma maior facilidade na apreensão e compreensão do assunto. As informações devem ser acessíveis a todas as camadas sociais, sem infantilizar o adulto, independente do grau de instrução. Após a leitura, o indivíduo deverá compreender o processo de obtenção do benefício e o fluxo a ser seguido.

As definições dos benefícios, com a explicação dos termos técnicos, assim como as leis vigentes demonstradas na íntegra, favorecem a acessibilidade do paciente, de seus familiares e dos profissionais envolvidos.

No item relacionado à imagem, as cartilhas conseguem chamar a atenção dos pacientes leitores. São apresentadas de maneira simples, identificando no título o assunto a ser discutido e a mensagem que se pretende transmitir, o que possibilita ao paciente uma assimilação rápida. A utilização de cores facilitou a comunicação visual, despertando a atenção do leitor.

Os dados bibliográficos não são apresentados. A inclusão de dados catalográficos e data de publicação das cartilhas são recomendadas e de extrema importância, pois demonstram a qualidade do trabalho e asseguram informações atualizadas.

Destacamos que o material deverá utilizar um estilo de letra que seja confortável à leitura, sendo o tamanho proporcional a uma distância de aproximadamente 30 centímetros (FONSECA et al, 2004).

Como enfermeiras, consideramos que a criatividade com a utilização de desenhos explicativos e a divisão das informações por tópicos incentiva o indivíduo à leitura, tornando-a prazerosa, mesmo que este apresente um maior grau de dificuldade para realizá-la. Devemos considerar que um grande percentual da população brasileira possui baixo nível sócio-educacional, o que limita a habilidade de leitura e compreensão de textos de média e alta complexidade. O excesso de informações em pequenos espaços, impressão pouco legível e períodos e palavras longas dificultam a compreensão do texto, desestimulando sua leitura (FIOCRUZ, 2005).

A apresentação de modelos de requerimentos dos benefícios, com a formatação exata para que o paciente insira seus dados pessoais, facilita o preenchimento e diminui os possíveis erros. Esta foi uma sugestão apresentada pelo informativo 01. Por outro lado, é importante considerar que nem todos os pacientes possuem acesso à internet ou conhecimento de informática, ou até mesmo, alfabetização.

Com isso, é importante que a equipe de saúde tenha a responsabilidade de auxiliar o paciente, principalmente quando envolve aspectos, que não são de domínio de conhecimento geral da população. Algumas situações requerem o auxílio profissional, como por exemplo, a necessidade de comprovação diagnóstica. O encaminhamento de documentação, pelos profissionais, que comprova a existência da patologia garante os direitos do paciente e possibilita ao médico-perito realizar a avaliação e a evolução da doença e do paciente, com emissão adequada de um parecer que facilita a obtenção do benefício (BARBOSA, 2003).

Os direitos dos sobreviventes com câncer, assegurados pela legislação brasileira, é um tema recente, que apesar da divulgação por entidades de profissionais e instituições de saúde especializadas e recentemente pela mídia, ainda conta com informações vagas e esparsas. O assunto é complexo e a Legislação Brasileira

permite várias interpretações, o que implica na necessidade de maior empenho dos profissionais especializados da área jurídica na realização de discussões sobre interpretações mais adequadas para a concessão desses benefícios, maior responsabilidade do Ministério da Saúde e também da indústria farmacêutica (BARBOSA, 2003).

O Estado deve assegurar a divulgação, o treinamento e discussões sobre a interpretação da legislação aos profissionais, atuantes nos órgãos governamentais responsáveis pela concessão de benefícios. Desta forma, promoverá maior agilidade no encaminhamento dos processos de obtenção dos benefícios e conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Apesar do conhecimento sobre os benefícios pelos pacientes, é necessário o auxílio prestado por um profissional especializado na área jurídica, que direcionará o processo de obtenção.

Esses profissionais poderiam estar vinculados aos serviços de saúde, por meio de parcerias com entidades de ação comunitária, Organizações não-governamentais (OnGs) e instituições de ensino para prestar este tipo de atendimento à população.

É relevante o desenvolvimento de materiais sobre a temática pelos profissionais de saúde em parceria com os da área jurídica, para que estes tenham maiores subsídios na elaboração e possam atender as necessidades do paciente oncológico.

Com o desenvolvimento dessas medidas, os direitos e benefícios assegurados aos pacientes com câncer poderão ser mais bem divulgados, compreendidos e adquiridos com maior facilidade.

## 5. Conclusão

Além do sofrimento físico, psicológico, incertezas, ameaças, tratamentos agressivos e mutilantes ocasionados pelo câncer, a doença também acarreta grande ônus financeiro, que pode ser agravado pela falta de conhecimento e orientações adequadas sobre os seus direitos legais.

Neste contexto, a atuação da enfermagem torna-se imprescindível, pois intervém em todas as etapas dos tratamentos dos pacientes oncológicos e assegura uma assistência de qualidade, com abrangência bio-psicossocial.

Os benefícios assegurados aos sobreviventes com câncer são indispensáveis na manutenção do indivíduo e de sua família, possibilitando que este custeie as necessidades e os gastos, que muitas vezes, surgem em decorrência do próprio tratamento da doença.

Os três materiais informativos analisados neste estudo fornecem o esclarecimento básico necessário para que os pacientes com câncer possam buscar e adquirir seus benefícios. Mas, todos apresentaram pontos que poderiam ser aperfeiçoados, explorando estratégias para a construção de folhetos, que facilitam o processo de ensino-aprendizagem do paciente/familiar.

É relevante a atuação dos profissionais de saúde e da área jurídica, em parceria, facilitando a compreensão dos direitos e benefícios, com orientação adequada e diminuição dos empecilhos burocráticos.

Este estudo propiciou conhecer o conteúdo divulgado sobre os direitos dos pacientes com câncer e identificar a necessidade de aprofundamento sobre a temática pelos profissionais de saúde e da área jurídica para que possam atender adequadamente esta clientela.

## 6. Referências

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6029: apresentação de livros. Rio de Janeiro, 1993.
- BARBOSA, A. *Câncer: Direito e cidadania*. 10<sup>a</sup> edição. São Paulo: ARX, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- ECHER, I.C., Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v.13, n.5, p.754-7, set/out2005.
- FLAUSINO, J.M. et al, Álbum seriado para o ensino do laringectomizado. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 8, n. 1, p. 131-133, janeiro/2000.

FONSECA, L.M.M., et al, Cartilha educativa para orientação materna sobre os cuidados com o bebê prematuro. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v.12, n.1, p.65-75. jan/fev 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Ministério da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Programa de Educação à Distância (EAD). Elaboração de material didático impresso para programas de formação à distância: orientações aos autores. Rio de Janeiro: dezembro 2005.

GAUDERER, E. C. *Os Direitos do paciente: guia de cidadania na saúde*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOSPITAL DO CÂNCER A. C. CAMARGO. Centro de Tratamento e Pesquisa. Câncer: direitos do paciente. Manual de orientação sobre legislação e benefícios. São Paulo, 2004, 61p.

HOUAISS, A., VILLAR, M.S., *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). Ministério da Saúde. Direitos do Paciente com Câncer. Manual de orientação. Rio de Janeiro: jan/jun 2006, 24p.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). Ministério da Saúde. Estimativa 2008/2009 – Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: 2008.

MOREIRA, M.F., SILVA, M.I.T., Legibilidade do material educativo escrito para pacientes diabéticos, *Online Braz J. Nurs (OBJN-ISSN 1676-4285)* [online] 2005 August; 4(2) Available in: [www.uff.br/nepae/objn402moreiraetal.htm](http://www.uff.br/nepae/objn402moreiraetal.htm)

ROZEMBERG, B., et al. Impressos hospitalares e a dinâmica de construção de seus sentidos: o ponto de vista dos profissionais de saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. 18(6): 1685-1694, Nov-dez, 2002.

SASSO, K.D. et al, Transplante de fígado: resultados de aprendizagem de pacientes que aguardam a cirurgia. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v.13, n.4, p.481-8, jul/ago 2005.

VOLPE, M. C. M. *Câncer: faça valer os seus direitos*. Belo Horizonte: Communicatio Design, 2005.